

PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



O Juiz de Garantias como recurso da imparcialidade no devido processo legal

Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Paulo Luiz Magalhães

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

UNIVERSIDADE FUMEC

Introdução

O Código Penal brasileiro data de 1940. Nessas quase nove décadas em vigor, ocorreram alterações fundamentais para atender aos novos desígnios surgidos com a transformação da sociedade, porém faz-se necessária outras revisões. Em um país regido por um Estado Democrático de Direito, a garantia dos Direitos Individuais precisa ser reservada.

No art. 5º, LVII, da Constituição garante que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988). A proposta do juiz das garantias, incluída no pacote anticrime pela Lei 13.964/2019 é uma solução permitir a imparcialidade no julgamento, na medida em que divide o juiz que está lidando com o processo e coletas das provas com o juiz que irá julgar.

O Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu a inconstitucionalidade de alguns pontos dessa lei, mas sobre o juiz das garantias qual seria o verdadeiro empecilho para a implantação plena no sistema judiciário brasileiro?

Objetivo

Este artigo resumido objetiva pontuar os empecilhos atuais para a implantação do juiz das garantias no sistema judiciário brasileiro.

Material e Métodos

A Constituição Federal de 1988, lei máxima do país em que as garantias ao cidadão estão contidas nos artigos pétreos também é a consulta recorrente para esse resumo.

Diante um assunto complexo e recente, mas com trabalhos científicos publicados, este artigo faz uma revisão bibliográfica exploratória acerca da Lei 13.964/2019, mais especificamente sobre o tema juiz das garantias.

Com a análise de artigos é possível fazer uma breve reflexão sobre a inovação do sistema judiciário quanto a implantação do juiz das garantias.

Resultados e Discussão

O Código de Processo Penal Brasileiro data de 1940. Mesmo com alterações em vários dos seus artigos pelo legislativo brasileiro, a legislação penal ainda é positivista, fechada e inquisitoria. A quem está sob suspeita do cometimento do crime, isso porque a Constituição do Brasil garante a presunção de inocência até o trânsito em julgado, na prática os inquéritos policiais são marcados, em parte pela parcialidade.

PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



Aos juristas garantistas do direito ao cidadão em conformidade aos preceitos instituídos na Constituição de 1988, há a defesa da introdução do juiz das garantias para que acha a divisão entre o juiz que está em meio ao processo investigativo (juiz das garantias) e o juiz que irá julgar os fatos.

A implantação do juiz das garantias pede uma mudança da ala conservadora do judiciário, reestruturação das comarcas e recursos financeiros do Estado para contratação de mais profissionais habilitados no Direito.

Conclusão

Há dúvidas se o juiz das garantias trará a imparcialidade necessária ao processo penal e julgamento. Porém, no aspecto teórico é inovador e se propõe a tornar o processo de julgamento imparcial. Faz-se necessário a sua implantação para ocorrer os devidos ajustes, porém necessita-se romper com o conservadorismo de uma ala do judiciário, mas acima de tudo, decisão política para sua implantação.

Referências

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 16 nov. 2024
- CAPORAL, H. C.; SILVA, G. A. C. da. O juiz das garantias como elemento renovador do sistema acusatório brasileiro. Revista de Direito, [S. l.], v. 13, n. 03, p. 01–26, 2021. DOI: 10.32361/2021130312815. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/12815>. Acesso em: 2 nov. 2024.